

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO ANTONIO PEDRO  
Rua Marques do Paraná, nº 303, prédio anexo, 6º andar - Bairro Centro  
Niterói-RJ, CEP 24033-900  
- https://huap-uff.hubrasil.gov.br

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23818.004807/2026-50

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência a fim de a ser executado nas dependências e unidades pertencentes ao Hospital Universitário Antônio Pedro;

1.2. Os serviços de que trata o objeto da licitação serão executados pelas categorias funcionais conforme discriminado abaixo:

CATSER	ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA	UNIDADE	QUANTIDADE
2350-7	1	Prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra qualificada e fornecimento de materiais e equipamentos de apoio operacional, incluindo rádios comunicadores e sistema de controle de atividades de vigilância, com registro de ocorrências e operação de Circuito Fechado de Televisão (CFTV) instalado e disponibilizado pela contratante.	Mês	36

1.3. DETALHAMENTO DO ITEM:

ITEM	SUB-ITEM	DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	REGIME	TURNO	PERÍODO	UNIDADE	QTD. POSTOS	QTD. COLABORADORES	CBO
1	1.1	Supervisor fixo	40h	—	Seg – Sex	Posto	01	01	5103-10
	1.2	Chefe de Turma	12x36	Diurno	Seg – Dom	Posto	01	02	5173-30
	1.3	Chefe de Turma		Noturno			01	02	
	1.4	Vigilante – Monitoramento de Circuito Fechado de Televisão (CFTV)	12x36	Diurno	Seg – Dom	Posto	01	02	5173-30
	1.5	Vigilante – Monitoramento de Circuito Fechado de Televisão (CFTV)		Noturno			01	02	
	1.6	Vigilante	40h	—	Seg – Sex	Posto	04	04	5173-30
	1.7	Vigilante	12x36	Diurno	Seg – Dom	Posto	15	30	5173-30
	1.8	Vigilante	12x36	Noturno	Seg – Dom	Posto	10	20	5173-30
TOTAL							34	63	

1.4. DETALHAMENTO DOS POSTOS:

DIARISTA — 40 h Semanais

Posto	Qtd. de Postos	Carga Horária
Estacionamento	2	2 Vigilantes 40h semanais de segunda-feira a sexta
Ambulatório	2	2 Vigilantes 40h semanais de segunda-feira a sexta
Supervisor	1	1 Colaborador 40h semanais de segunda-feira a sexta
TOTAL	5	5

DIURNO — 12x36 h

Posto	Qtd. de Postos	Carga Horária
Chefe de Turma	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Maternidade (8º andar) * observar item 21.3	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Pediatrica (5º andar)	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Ambulatório	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Portaria Principal	4	4 Vigilantes 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Emergência	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Portão da Emergência (ambulância)	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Portão do Anexo	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Portaria Transporte/Carga e Descarga	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Hall de Elevadores	2	2 Vigilantes 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Rondante	2	2 Vigilantes 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Monitor de CFTV	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
TOTAL	17	34

NOTURNO — 12x36 h

Posto	Qtd. de Postos	Carga Horária
Chefe de Turma	1	1 Vigilante 12x36 (diurno) de segunda-feira a domingo
Maternidade (8º andar)	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Pediatrica (5º andar)	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Portaria Principal	2	2 Vigilantes 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Emergência	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Portão da Emergência (ambulância)	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Portão do Anexo	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Portaria Transporte/Carga e Descarga	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Hall de Elevadores	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Rondante	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
Monitor de CFTV	1	1 Vigilante 12x36 (noturno) de segunda-feira a domingo
TOTAL	12	24

1.5. A CONTRATADA deverá observar as seguintes normas, bem como suas alterações: Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil 3.0; Decreto n.º 9.507, de 21 de setembro de 2018; IN/MPOG N.º 05, de 26 de maio de 2017; Orientação Normativa nº 26 da AGU, de 1º de abril de 2009; Lei nº 14.967 de 09 de setembro de 2024 - institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; Portaria nº 3.233/2012 – DG/DPF de 10 de dezembro de 2012; Portaria - DG/PF Nº 18.045, de 17 de abril de 2023, alterada pela Portaria nº 18.974 de 07 de maio de 2024 e Caderno de Logística - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL.

1.6. O processo licitatório observará ainda as normas e procedimentos administrativos constantes na Lei n.º 13.303, de 30 de junho de 2016 e suas alterações; subsidiariamente às normas da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.

1.7. Os serviços serão contratados mediante contrato formal e sua execução ocorrerá à medida que forem solicitados, conforme as necessidades e conveniência da Instituição.

1.8. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Global, conforme art. 42, II, Lei. 13.303/2016.

- 1.9. A estimativa da relação de vigilantes foi baseada na contratação anterior realizada pela HU Brasil no pregão nº 38/2021, processo SEI nº 23818.000822/2020-33, com as devidas atualizações, diante das necessidades atuais.
- 1.10. A justificativa quanto ao número de Postos de Trabalho, assim como as características pertinentes a cada Posto, encontram-se explicitadas no Item 21.4.
2. **JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**
- 2.1. O Hospital Universitário Antônio Pedro – HUAP/UFF/HU Brasil é uma entidade hospitalar de alta complexidade e atuação multidisciplinar que conjuga atividades de ensino e pesquisa, além de ser prestadora de serviços de saúde à população, através do Sistema Único de Saúde (SUS).
- 2.2. A contratação prevista neste Termo de Referência coaduna-se em alinhamento com Plano Anual de Compras – PAC e no Plano de Aplicação de Recursos/Acordo Organizativo de Compromisso – AOC do Hospital Universitário Antônio Pedro, conforme Processos 23477.029364/2025-37 e SEI nº 23818.001221/2026-33, respectivamente.
- 2.3. A contratação dos serviços de vigilância de forma contínua, dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, com fornecimento de mão de obra e respectivos insumos e ainda com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislações aplicáveis, tem por objetivo:
- a) Garantir a integridade física dos empregados e servidores públicos, colaboradores terceirizados, prestadores de serviços, discentes, docentes, estagiários, residentes, pesquisadores, pacientes, visitantes, acompanhantes, autoridades, peritos judiciais, profissionais religiosos, dentre outros que se encontrem nas dependências do hospital, que integram o HUAP, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria instituição, a qualquer hora, no âmbito do trabalho;
- b) Assegurar a integridade do acervo patrimonial do HUAP, não permitindo a sua degradação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em danos ao patrimônio público.
- 2.4. Ressalta-se que a contratação dos serviços de vigilância patrimonial visa suprir a lacuna deixada pela Lei n.º 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional, dentre eles o de Agente de Vigilância.
- 2.5. Importante mencionar que em 09 de setembro de 2024 foi instituída a Lei nº 14.967 que estabelece o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras, a qual preconiza que os serviços de segurança privada devem ser prestados por pessoas jurídicas especializadas ou por meio das empresas e dos condomínios edilícios possuidores de serviços orgânicos de segurança privada, constatando-se, portanto, a necessidade de adequação quanto a prestação dos serviços no HUAP à nova legislação pátria.
3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**
- 3.1. Trata-se de processo cujo objetivo é viabilizar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra qualificada e fornecimento de materiais e equipamentos, com uso de rádios comunicadores, sistema de controle de atividades de vigilância, registro de ocorrências e monitoramento por Circuito Fechado de Televisão (CFTV), para execução nas dependências do Hospital Universitário Antônio Pedro - HUAP/UFF/HU Brasil;
- 3.2. Os itens descritos são classificados como serviços comuns, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência e no Edital da licitação por meio de especificações usuais do mercado;
- 3.3. O quantitativo total estimado foi calculado com base no atual contrato de prestação de serviço de vigilância patrimonial e de avaliação das necessidades do HUAP, de modo a garantir a contratação de serviço continuado de vigilância patrimonial desarmada, com as devidas atualizações, diante das necessidades atuais.
- 3.4. A definição da quantidade de postos encontra-se demonstrada no item [\[1.1\]](#) que, após avaliação e acompanhamento da equipe gestora do contrato anterior, identificou a necessidade de aumento de postos devido a falta de cobertura em diversas áreas no contrato atual. Isso exige que a quantidade de postos seja ajustada de acordo com as necessidades específicas do Hospital. Para tanto, destaca-se que a gestão averiguou e estabeleceu a real necessidade nas condições atuais para a Administração, de modo que eventuais alterações de quantitativo sejam feitas por acréscimo ou supressão contratual, nos termos do art. 203 do RCC 3.0;
- 3.5. O quantitativo a que se refere o item anterior em obediência ao estabelecido no art. 28, parágrafo 5º do RCC 3.0, foi estimado conforme o item 8.3, tabela 6, do Estudo Técnico Preliminar.
- 3.6. A modalidade **Pregão Eletrônico** para a contratação em estudo se amolda ao caso concreto, vez que a escolha da proposta mais vantajosa com observância fiel ao princípio da isonomia se demonstra mais adequada. Assim, o critério de julgamento da licitação adotada será o **MENOR PREÇO** do art. 52, I, do RCC 3.0.
- 3.7. A escolha da modalidade descrita no item 3.6 está fundamentada no art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil 3.0.
- 3.8. Baseando-se nas experiências da Administração com contratações anteriores e considerando que a demanda por estes serviços é contínua, a forma mais viável encontrada foi o modelo de contratação que consiste na prestação de serviços contínuos de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra e fornecimento de materiais.
- 3.9. O serviço objeto do presente Termo de Referência será executado nas dependências do Hospital Universitário Antônio Pedro da Rede HU Brasil (HUAP-UFF/HU Brasil), localizado na Avenida Marquês de Paraná nº 303, Centro, Niterói, RJ. CEP: 24.033-900, assim como para o estacionamento anexo ao HUAP, situado na Rua Desembargador Athayde Parreiras, 20, Bairro de Fátima, Niterói – RJ, CEP: 24070-090.
- 3.10. Os serviços de vigilância serão executados de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, monitoramento por CFTV, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas do complexo hospitalar.
- 3.11. Cumpre ressaltar que os postos de monitoramento por CFTV serão ativados posteriormente à implementação do circuito tecnológico, o qual ocorrerá no curso da vigência contratual. A instalação e manutenção do CFTV será de responsabilidade da Contratante.
- 3.12. Importante a observância de atendimento das demandas em tempo razoável, cabendo consignar que os chamados realizados pela fiscalização e/ou setor competente, principalmente em casos de urgência e emergência, deverão ser prontamente atendidos, sob pena de glosa e/ou abertura de processo sancionatório.
4. **DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
- 4.1. A contratação dos serviços, objeto deste Termo de Referência, se enquadra como serviço comum, de natureza continuada com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, cabendo licitação na modalidade Pregão, na forma eletrônica, tipo menor preço sob o regime de execução a Empreitada por Preço Global, conforme art. 42, II, Lei. 13.303/2016, observado os dispostos na Lei 13.303/16, na Instrução Normativa nº 05/2017 de 26 de maio de 2017 SEGES/MPDG; no Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015; na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; no Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0), e de acordo com as especificações, quantitativos e condições constantes neste Termo de Referência.
- 4.1.1. Considera-se a atividade como contínua, uma vez que assegura o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção compromete a segurança dos serviços prestados.
- 4.2. O modo de disputa, critério de julgamento e intervalo entre lances, ficam definidos:
- a) **Modo de disputa:** ABERTO
- b) **Intervalo entre lances:** 0,75%.
- c) **Critério de julgamento:** MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. 52 do RCC 3.0.
- 4.3. O **prazo de vigência do contrato é de 36 meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 71, da Lei 13.303, de 2016, art. 188, I, p.u. e 188, II do RCC 3.0. Em conformidade com RCC 3.0, art. 188, I, p.u., expressa que nos casos de prestação de serviços de segurança e controle de acesso (vigilância e segurança patrimonial) deve haver a observância para pactuações contratuais por prazo superior a 5 (cinco) anos, ainda que seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos (art. 188, II, RCC 3.0).
- 4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 4.5. Considerando a natureza similar dos cargos ora demandados, e com o objetivo de reduzir a possibilidade de perda de economia de escala, fomentar a competitividade, viabilizar um melhor gerenciamento dos serviços prestados, evitar o desperdício de recursos e minimizar os riscos de prejuízos à Administração e/ou comprometimento da qualidade dos serviços, entendeu-se inviável o parcelamento do objeto da presente contratação, optando-se pelo agrupamento de atividades, conforme descrição do item 10 do Estudo Técnico Preliminar.
5. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE - VIGÊNCIA CONTRATUAL**
- 5.1. O **prazo de vigência do contrato é de 36 meses**, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 71, da Lei 13.303, de 2016, art. 188, I, p.u. e 188, II do RCC 3.0. Em conformidade com RCC 3.0, art. 188, I, p.u., expressa que nos casos de prestação de serviços de segurança e controle de acesso (vigilância e segurança patrimonial) deve haver a observância para pactuações contratuais por prazo superior a 5 (cinco) anos, ainda que seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio, respeitada a vigência máxima de 10 (dez) anos (art. 188, II, RCC 3.0).
- 5.2. Periodicamente, a cada 12 meses, sem necessidade de prorrogação formal, as partes poderão se reunir para negociar, obedecidos os limites legalmente admitidos, a manutenção ou extinção do contrato, sem qualquer repercussão negativa para a parte desistente.
- 5.3. Os contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil 3.0 somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 192 do RCC 3.0.
6. **PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP**
- 6.1. Em observância aos ditames do item 5 do ANEXO VII-A da IN 05/17 SEGES/MPDG, referencia-se o que segue:
- 6.2. Não se exigirá a obrigatoriedade de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, tendo em vista se entender que não seria vantajoso para Administração Pública devido às peculiaridades, especificidades e exigências deste contrato em específico, qual seja, a contratação de empresa especializada para **prestação de serviços de vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra qualificada e fornecimento de materiais e equipamentos, com uso de rádios comunicadores, sistema de controle de atividades de vigilância, registro de ocorrências e monitoramento por CFTV.**
- 6.3. Apesar da previsão da discricionariedade de subcontratação de ME/EPP, a Administração Pública deve levar em consideração as peculiaridades e exigências dos contratos públicos, como prazos, qualificações técnicas, capacidade operacional e financeira que nem sempre as microempresas e empresas de pequeno porte possuem estrutura e capacidade necessárias para atender a todas as demandas de um contrato público complexo.
- 6.4. É importante ressaltar que a obrigatoriedade de subcontratação pode variar de acordo com o tipo de contrato, o valor licitado e as diretrizes específicas estabelecidas pelo órgão público responsável;
- 6.5. Portanto, embora a subcontratação seja uma opção a ser considerada, a Administração Pública não pode impor a obrigatoriedade de subcontratar exclusivamente microempresas ou empresas de pequeno porte, já que isso poderia limitar a competitividade e comprometer a execução adequada dos contratos. A decisão de subcontratar ou não deve ser baseada na análise de cada caso específico, levando em consideração as necessidades do contrato e a capacidade das empresas envolvidas.
7. **CONSIDERAÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**
- 7.1. A título de condições de participação, será verificada a inexistência no quadro de administração da CONTRATADA de pessoas com influência ou envolvidas em decisão de interesse exclusiva da HU Brasil, em observância ao artigo 15, parágrafo único, da Política de Transações com partes relacionadas da empresa, a fim de afastar interesses secundários, ao qual será verificado por meio do link (<https://www.gov.br/hubrasil/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>).
- 7.2. A CONTRATADA deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 70 do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0) de impedimento de licitar e de ser CONTRATADA pela HU Brasil.
8. **INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**
- 8.1. A proposta de preços deverá conter discriminação detalhada dos serviços, contemplando preço unitário e total dos itens, cotados em moeda nacional, expressos em algarismos, já consideradas todas as despesas com tributos, transportes, etc., que incidam direta ou indiretamente nos preços para execução do objeto que está descrito neste Termo de Referência.
- 8.2. A licitante deverá apresentar, para os postos discriminados, as Planilhas de Custos e Formação de Preços e a Proposta de Preços, em conformidade com a IN nº 05/2017.
- 8.2.1. No valor global devem estar incluídos os custos da CONTRATADA relativos a seguros e tributos de qualquer natureza e demais despesas que direta ou indiretamente incidam sobre o objeto do contrato, considerando na composição de preços todos os custos de insumos, obtidos no mercado, com mão de obra (salários, encargos sociais, trabalhistas e benefícios), materiais, equipamentos, transporte e

demais insumos necessários à execução dos serviços, que engloba todos os custos e despesas indiretas, tributos e impostos, bem como a taxa de lucro da CONTRATADA;

8.2.2. Não se espera redução do valor contratual em razão exclusiva da redução de jornada para 40 horas semanais dos postos descritos nos subitens 1.1 e 1.6, conforme previsto na Instrução Normativa SEGES/MGI nº 148/2026, uma vez que não há redução remuneratória;

8.2.2.1. Não será exigida da empresa CONTRATADA a instalação e/ou manutenção dos equipamentos de monitoramento;

8.2.3. Os custos deverão ter como base as condições estabelecidas na Convenção Coletiva de Trabalho vigente celebrada pelo SV-NIT;

8.2.4. A licitante tributada pelo regime não cumulativo das contribuições ao PIS/PASEP e à COFINS deverá considerar, na elaboração da planilha de custos e formação de preços, as alíquotas médias efetivamente incidentes sobre sua atividade econômica, vedada a utilização de alíquotas meramente nominais ou desvinculadas da sua realidade fiscal. Para fins de comprovação, a Administração poderá exigir, por intermédio da fiscalização administrativa, a apresentação da Escrituração Fiscal Digital das Contribuições (EFD-Contribuições) relativa aos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou outro documento idôneo que permita aferir as alíquotas médias efetivamente recolhidas. A mesma comprovação poderá ser exigida por ocasião das repactuações, prorrogações ou demais revisões contratuais que envolvam a atualização da planilha de custos, com a finalidade de promover os ajustes necessários decorrentes das variações dos custos efetivos dessas contribuições e assegurar a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;

8.2.5. Para fins de composição da planilha de custos e formação de preços, a rubrica relativa ao aviso prévio trabalhado deverá observar o percentual máximo de 1,94% (um vírgula noventa e quatro por cento) durante o primeiro ano de vigência contratual. Nas eventuais prorrogações, a referida parcela deverá ser ajustada para o percentual máximo de 0,194% (zero vírgula cento e noventa e quatro por cento) por ano de prorrogação, em observância à Lei nº 12.506/2011 e às diretrizes constantes do Anexo VII-D da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, devendo os correspondentes ajustes serem formalizados por meio de termo aditivo e observados os critérios previstos nos itens 30.18, 30.19 e 30.21 deste Termo de Referência.

8.3. O vale-transporte deverá ser concedido pela CONTRATADA aos seus empregados conforme Convenção Coletiva de Trabalho vigente celebrada pelo SV-NIT.

8.4. A empresa deverá fornecer armários tipo de vestiário, com chave individualizada, em número suficiente para guarda de pertences de todos os colaboradores, providenciando a cópia das mesmas sempre que necessário.

8.4.1. Os armários poderão ser compartilhados entre os funcionários de plantão distintos.

8.5. A empresa deverá disponibilizar aparelhos de registro de ponto eletrônico, a ser instalado em local definido pela CONTRATANTE, em quantidade suficiente para atender a demanda, sem ocasionar atrasos na entrada ou saída dos funcionários.

#### 9. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

9.1. As condições de habilitação para a presente contratação são as seguintes serão aquelas já dispostas no RCC 3.0, bem como aquelas listadas ao longo deste tópico.

9.2. São requisitos essenciais à prestação dos serviços objeto da presente contratação:

9.2.1. Para a execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar profissionais com formação, habilidades e conhecimentos mínimos previstos na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO e nas respectivas Convenções Coletivas de Trabalho;

9.2.2. Os serviços deverão ser executados com a utilização de técnicas e rotinas adequadas, e em estrita concordância e obediência às normas técnicas vigentes, em especial as normativas do Ministério do Trabalho e Emprego;

9.2.3. Os serviços, objeto do presente certame, serão executados diariamente, em horários estabelecidos de acordo com a conveniência administrativa da Instituição, bem como a legislação trabalhista e a convenção coletiva da categoria.

9.3. A empresa contratada deverá apresentar documentação relativa a habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista conforme dispostos no art. 58, da Lei 13.303/16 e art. 65 do Regulamento de Licitações de Contratos da HU Brasil 3.0.

9.4. Referente a **habilitação**, a Contratada deverá cumprir as exigências do art. 65 do Regulamento de Licitações e Contratos da HU Brasil (RCC 3.0):

9.5. Na **habilitação jurídica**, faz-se exigência quanto às seguintes prescrições:

9.5.1. No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5.3. No caso de microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio eletrônico [www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor](http://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor);

9.5.4. No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.5.5. No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77/2020;

9.5.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.5.7. No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.5.8. No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

9.5.9. No caso de consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404/1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 69, incisos I e II, do RCC 3.0).

9.5.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

9.6. Quanto à **regularidade fiscal, trabalhista e de seguridade social**, observar-se-ão:

9.6.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.6.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.6.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.6.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

9.6.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

9.6.6. Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

9.7. Quanto à **habilitação técnico-operacional**, faz-se imprescindível a apresentação de:

9.7.1. Atestado de capacidade técnico-operacional apresentados pelo licitante, devendo comprovar aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto de que trata o processo licitatório, na forma do item 10.3, a do ANEXO VII-A da IN 05/17 SEGES/MPDG;

9.7.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente, conforme item 10.3, b do ANEXO VII-A da IN 05/17 SEGES/MPDG;

9.7.3. Declaração de que a CONTRATADA possui ou instalará escritório na cidade do Rio de Janeiro/RJ, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato, em cumprimento ao disposto no item 10.6., “a”, do ANEXO VII-A da IN SLTI/MP nº 5/2017, não podendo ser escritório virtual, pois a configuração de escritório virtual não possibilita o acompanhamento sistematizado do serviço, não obriga a necessidade de possuir atendimento presencial para recebimento de demandas e assinatura de documentos, não permite a realização de reuniões tempestivas, não possibilita fácil acesso aos funcionários contratados e reposições emergenciais.

De igual modo, em acréscimo à análise providenciada pela Equipe de Planejamento da Contratação (EPC), e em atendimento ao Acórdão nº 2274/2020 do TCU, tal prerrogativa é justificada mediante:

a) as particularidades operacionais e da natureza contínua dos serviços a serem executados, os quais demandam acompanhamento presencial, resposta imediata a ocorrências e interlocução constante com a Administração;

b) a manutenção de estrutura local visa assegurar maior eficiência na gestão contratual, permitindo atendimento célere às demandas administrativas e operacionais, especialmente em situações que exijam pronta intervenção da contratada, como a substituição de profissionais, entrega de documentos, resolução de ocorrências e participação em reuniões presenciais convocadas pela fiscalização contratual. Tal medida contribui para a continuidade e regularidade da execução dos serviços, reduzindo riscos de descontinuidade e prejuízos ao funcionamento das atividades institucionais.

Resalta-se que a exigência não impõe que a licitante possua escritório previamente à participação no certame, sendo concedido prazo razoável de 60 (sessenta) dias após o início da vigência contratual para sua instalação, de modo a preservar a ampla competitividade e a isonomia entre os licitantes. Assim, empresas sediadas em outras localidades também poderão participar da licitação em igualdade de condições, providenciando, apenas em caso de contratação, a estrutura mínima necessária. Dessa forma, a medida não possui caráter restritivo indevido, mas sim instrumental, voltado à garantia da eficiência, continuidade e qualidade da execução contratual, favorecendo a fiscalização, o acompanhamento da execução e a comunicação entre as partes, elementos indispensáveis à adequada prestação dos serviços e em atendimento único e precípuo ao interesse público.

9.7.4. No caso de contratação de serviços por postos de trabalho, será aceito o somatório de atestados que comprovem que o licitante gerencia ou gerenciou serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, conforme descrito item 10.7, c do ANEXO VII-A da IN 05/17 SEGES/MPDG;

9.7.5. É admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos para fins da comprovação, conforme dito do item 10.7 do ANEXO VII-A da IN 05/17 SEGES/MPDG, não havendo obrigatoriedade de os 3 (três) anos serem ininterruptos;

9.7.5.1. A exigência de 3 anos de experiência justifica-se pelos riscos inerentes a um Hospital de Médio porte e aos novos rigores da Lei 14.967/2024. O período ora escolhido é o que se acha o mínimo ideal para comprovar o amadurecimento de protocolos operacionais, a eficiente captação e treinamento de colaboradores, e a gestão de crises. Assim, mitiga-se o risco de falhas, atestando a plena capacidade técnico-operacional da licitante em garantir a segurança e a continuidade de serviços críticos hospitalares.

9.7.6. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

9.7.7. O licitante deverá comprovar que tenha executado contrato(s) em número de postos equivalentes a, no mínimo, 50% da prevista nesta contratação, conforme disposto no art. 65, III, “b”, e §§ 3º e 4º, do RCC 3.0;

9.7.7.1. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de postos, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equiva, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, conforme disposto no item 10.9 do ANEXO VII-A da IN 05/17 SEGES/MPDG;

9.7.8. O licitante pode ser instado a disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

9.8. Serão necessários, para a comprovação da **qualificação econômico-financeira**, os seguintes documentos:

9.8.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, cuja validade será de 180 dias da data da emissão, quando não houver prazo de validade definido, sem prejuízo da realização de diligência pelo Agente de Contratação;

9.8.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

9.8.2.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG = Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC = Ativo Circulante / Passivo Circulante

- 9.8.2.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;
- 9.8.2.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor da proposta apresentada para a contratação ou item pertinente para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- 9.8.2.4. os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 9.8.3. apresentação de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pelo licitante dos índices econômicos previstos no edital;
- 9.8.4. declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que 1/12 dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:
- 9.8.4.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- 9.8.4.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- 9.8.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 9.9. Além do atendimento aos requisitos de regularidades jurídica, fiscal, trabalhista e previdenciária e da qualificação econômico-financeira necessárias à contratação com a Administração Pública Federal, a empresa a ser contratada deverá comprovar, ainda, **qualificação técnica** para o atendimento da necessidade da Contratante, através de:
- 9.9.1. Não existência de sanção que impeça a participação no certame ou na futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 9.9.1.1. SICAF;
- 9.9.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/entenda-a-gestao-publica/ceis>);
- 9.9.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- 9.9.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 9.9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.10. O HUAP, com a intenção de resguardar o andamento da fase externa do procedimento licitatório, com vistas a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, orienta que deverão ser observados na condução deste processo os requisitos técnicos e legais.
10. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**
- 10.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, conforme processo SEI 23818.010705/2025-92, nos termos do art. 30 do RCC 3.0, e será tornado público apenas após o encerramento da etapa de julgamento das propostas.
11. **VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**
- 11.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9 horas às 15 horas, com agendamento prévio junto à Unidade de Suporte Operacional apenas pelo e-mail: [usop.huap-uff@hubrasil.gov.br](mailto:usop.huap-uff@hubrasil.gov.br).
- 11.2. Para o agendamento, é necessário encaminhar o nome e a identificação da pessoa, bem como dados de veículo, que realizará a vistoria para o e-mail acima citado. Caberá à Unidade de Suporte Operacional confirmar a data e horário da realização da vistoria.
- 11.3. No momento da vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando crachá/documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 11.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.
- 11.5. Apesar de facultativa, recomenda-se a vistoria, para que a empresa se certifique das condições de modo a dimensionar corretamente sua proposta.
- 11.6. Na opção da não realização da vistoria, a empresa não poderá alegar desconhecimento das condições do local de realização dos serviços, em favor de eventuais pretensões de acréscimo nos preços propostos.
- 11.7. A vistoria prévia é facultativa, devido ao fato de que a mesma é um direito do licitante e não a sua obrigação, amparado pelo princípio da razoabilidade, conforme se depreende do trecho do voto do Ministro Relator do Acórdão 409/2006 – Plenário, a saber:
- "(...) as empresas que exercerem o direito de vistoria disporão de condições muito superiores para quantificação do valor do serviço, mas deve ficar à escolha da interessada decidir se prefere arcar com o ônus de tal operação ou assumir os riscos de uma avaliação menos acurada. (...)".*
- 11.8. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
12. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**
- 12.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 12.1.1. A empresa deve ser especializada nos serviços constantes neste Termo de Referência, bem como possuir experiência comprovada por meio da documentação prevista no item 9.
- 12.1.2. Atender a exigência de que a totalidade dos empregados alocados na execução do serviço fique à disposição em tempo integral nas edificações do HUAP-UFF.
- 12.1.3. Realizar pagamento de garantia de execução contratual que contemple também a cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista pela contratada, consideradas as contribuições sociais, com validade durante a vigência do contrato e mais 90 (noventa) dias após o seu encerramento, nos moldes do item 3 do ANEXO VII-F da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MPDG.
- 12.1.4. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento pelo CONTRATADO de obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS, a HU Brasil, mediante previsão em edital ou contrato, deverá adotar, entre outras medidas, os seguintes controles internos na forma dos artigo 187 parágrafo do Regulamento de Licitações e Contratos - Hu Brasil 3.0:
- I - Conta-Depósito Vinculada - bloqueada para movimentação, conforme disposto em Caderno de Logística, elaborado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, sem prejuízo da edição de norma interna pela HU Brasil.
- 12.1.4.1. Em observância ao art. 18, §2º da IN nº 05/2017, **justifica-se** a adoção do critério de conta-depósito vinculada, considerando que o modelo foi utilizado na última contratação vigente e alcançou êxito em sua finalidade.
- 12.1.5. Determinar a utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) pelos empregados da contratada alocados para a execução do serviço, sempre que as atividades a serem desenvolvidas o exigirem. Registra-se que os EPI's a serem utilizados pelos empregados da empresa contratada devem possuir o devido certificado de aprovação.
- 12.1.6. Ofertar equipe habilitada para desenvolver as atividades de **vigilância** no HUAP-UFF.
- 12.1.7. Disponibilizar insumos em quantidade suficiente e com qualidade para todos os empregados.
- 12.1.8. Apresentar autorização ou revisão de funcionamento, concedida pelo Departamento de Polícia Federal, válida para o Estado do Rio de Janeiro, para os postos de Vigilância Patrimonial conforme estabelece a Lei nº 14.967 de 9 de setembro de 2024, Decreto n.º 89.056, de 24 de novembro de 1983 e Portaria n.º 387/2006 – DPF/MJ de 28 de agosto de 2006.
- 12.1.9. Comprovante de comunicação emitida pela Secretaria de Segurança Pública, em nome do licitante, em plena validade, de forma comprovar o cumprimento do disposto no artigo 38 do Decreto n.º 89.056 de 24 de novembro de 1983.
- 12.1.10. Quando da assinatura do contrato, apresentar de cada profissional que prestará o serviço no HUAP, toda a documentação exigida para exercício da profissão de vigilante, nos ditames do capítulo IX da Portaria nº 387/2006 - DPF/MJ.
- 12.1.10.1. A cada ingresso de funcionário para atuar no HUAP-UFF, também deverão ser fornecidos os documentos referentes ao item anterior.
- 12.1.11. Atender aos Critérios e Práticas de Sustentabilidade descritos tanto neste Termo de Referência quanto no Estudo Técnico Preliminar e, no que couber, ao disposto na Instrução Normativa nº 01/2010 de 19/01/2010, do extinto Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que versa sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, atendendo outros dispositivos que regem a matéria, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.
- 12.2. **Da apresentação do Plano de Contingência :**
- 12.2.1. A empresa contratada terá o prazo máximo de 90 dias após assinatura do contrato para apresentar Plano de Contingência para o HUAP.
- 12.2.2. O Plano de Contingência deverá contemplar, no mínimo, os aspectos constantes no Anexo V (SEI nº 61609598).
- 12.2.3. A Unidade de Suporte Operacional fornecerá apoio e todas as informações necessárias quanto ao fluxos e normativos do Hospital para elaboração do plano de Contingência e a empresa contratada.
- 12.3. Nos termos da Portaria n.º 667/2025 (56319637) e da IN SEGES/MGI n.º 190/2024, alterada pela Instrução Normativa SEGES/MGI n.º 148/2026, quando as atividades contratadas se enquadrarem nos serviços listados no Anexo I, será aplicada a redução da jornada de 44 (quarenta e quatro) para 40 (quarenta) horas semanais aos trabalhadores alocados no contrato em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, inclusive aos encarregados gerais vinculados ao respectivo serviço.
- 12.3.1. A aplicação da jornada reduzida observará o modelo de execução do objeto e as exceções normativas, nos termos abaixo, devendo a Contratante registrar no Quadro de Postos/Planilha quais parcelas/postos se submetem à jornada de 40h e quais permanecem em regime excepcional, quando cabível.
- 12.3.2. A implementação da redução deve ocorrer necessariamente por adequação de horários de entrada e/ou saída (e não por manipulação de intervalo), e que os horários devem ser definidos em coerência com as rotinas do modelo de execução;
- 12.3.3. A redução de jornada não implica redução de salários ou benefícios, devendo a planilha observar, no mínimo, os valores previstos na CCT aplicável e demais normas pertinentes, pois não há impacto na remuneração;
- 12.4. **EXCEÇÕES:**
- 12.4.1. A redução de jornada não se aplica, ainda que o serviço esteja listado no Anexo I, quando o serviço for prestado em escala de revezamento "12x36" ou "24/72", por incidência da hipótese excepcional prevista na IN SEGES/MGI n.º 148/2026;
- 12.5. **ADEQUAÇÃO DO MODELO DE EXECUÇÃO:**
- 12.5.1. A Contratante verificará o impacto da redução de jornada no modelo de execução do objeto, com eventuais ajustes nas rotinas de trabalho e no período de disponibilização do serviço, preservado o nível de serviço e a fiscalização contratual.
- 12.6. **INTERVALO INTRAJORNADA (VEDAÇÃO):**
- 12.6.1. O intervalo intrajornada será concedido conforme a legislação trabalhista. É vedado que adaptações decorrentes da redução de jornada impliquem aumento do intervalo intrajornada. A implementação da redução, quando aplicável, deverá ocorrer por adequação dos horários de entrada e/ou saída, conforme as rotinas e janelas de cobertura definidas no modelo de execução.

- 12.7. **VEDAÇÃO – SALDO DE HORAS:**
- 12.7.1. É vedado à Contratada utilizar o saldo de horas decorrente da redução de jornada para exigir a realização de outras atividades pelos empregados alocados no contrato.
- 12.8. As horas extras não serão pagas pela CONTRATANTE, sendo possível a realização de compensação, conforme disposto no item 15.3 deste Termo de Referência.
- 12.9. **REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS:**
- 12.9.1. A redução de jornada não implicará redução de salários ou benefícios. A planilha de custos deverá observar, no mínimo, os valores e benefícios previstos na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável e nas demais normas pertinentes.
13. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 13.1. A execução do objeto seguirá da seguinte forma:
- 13.2. Os serviços de vigilância serão executados pela CONTRATADA obedecendo ao disposto na IN 05/17 SEGES/MPDG e demais normas legais e regulamentares pertinentes, de acordo com as seguintes especificações e periodicidades, e envolverá a alocação de mão de obra capacitada e com dedicação exclusiva para:
- 13.2.1. Atuar de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, controle de acesso de pessoas, veículos, materiais e rondas nas áreas internas e externas do complexo hospitalar.
- 13.2.2. Dispor de equipe com atuação compreendendo 24 horas por dia, 7 dias por semana, de segunda a domingo, inclusive feriados, de forma ininterrupta mediante atuação nos postos de serviços com jornada 12h x 36h, devendo a empresa remunerar o horário de intervalo dos postos 12h x 36h, conforme previsto no art. 71 da CLT.
- 13.2.3. Comunicar imediatamente ao gestor e/ou equipe de fiscalização do contrato do HUAP, bem como ao responsável pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- 13.2.4. Atuar conjuntamente com outras equipes do HUAP-UFF em ações preventivas, treinamentos, estratégias e/ou de apoio.
- 13.2.5. Manter afixado no posto o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis do HUAP-UFF pela instalação do posto e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades.
- 13.2.6. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do HUAP-UFF, bem como as que entender oportunas.
- 13.2.7. Operacionalizar as trocas de plantão. Nos casos em que haja troca de plantão entre os vigilantes, a troca será avaliada pelo supervisor. Poderá a CONTRATADA adotar documento próprio de formalização que será submetido à análise do supervisor fixo e, posteriormente, da fiscalização técnica do contrato, com suas respectivas anuências.
- 13.2.8. Repassar para os vigilantes que estão assumindo o posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anomalia observada nas instalações e suas imediações, com ciência constante do chefe de turma e do supervisor.
- 13.2.9. Comunicar à Administração do HUAP-UFF todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para o patrimônio do hospital.
- 13.2.10. Executar atividades de segurança, vigilância e prevenção de situações que comprometam a vulnerabilidade e exposição ao risco e a integridade da instituição, das pessoas e dos bens patrimoniais. Desta forma, diversas são as atividades pertinentes, contudo destaca-se a realização de rondas, verificação de condições de segurança conforme orientação do HUAP-UFF juntamente com a Unidade de Suporte Operacional - USOP e a Equipe de Gestão e Fiscalização do contrato (EGF), abertura e fechamento de portas, janelas, interdições e isolamento de espaços, contenções, dissipação de aglomerações, formulação tática de operações de segurança, atuação junto à práticas ilícitas para interlocução com a Polícia competente, registro de ocorrência (interno e externo), operar e monitorar sistemas de alarme e sistema de CFTV, entre outras atividades relacionadas à segurança mesmo não citadas.
- 13.2.11. Em situações de emergência que exijam a pronta atuação da força policial (Civil, Militar ou Federal), como detenção e investigação de pessoas suspeitas, disparos de armas de fogo, suspeita de tráfico de entorpecentes, arrombamento ou tentativa de arrombamento, brigas e tumultos, danos ou tentativa de dano ao patrimônio público ou privado e outras situações de flagrante delito, a CONTRATADA fica responsável por acionar a autoridade policial competente e colaborar com a mesma, facilitando ao máximo sua atuação, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento.
- 13.2.12. Proibir a aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação do posto e ao gestor e/ou equipe de fiscalização do HUAP, no caso de desobediência.
- 13.2.13. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações.
- 13.2.14. Proibir a utilização das dependências do posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros.
- 13.2.15. Executar as rondas diárias conforme a orientação recebida do chefe de turma, verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade.
- 13.2.16. Assumir diariamente o posto, com vigilantes devidamente uniformizados, barbeados, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada, além de equipados.
- 13.2.17. Manter os vigilantes no posto, não devendo se afastar de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- 13.2.18. Autorizar com a USOP ou EGF quaisquer solicitações entrinhas à unidade ou à Equipe de Gestão e Fiscalização.
- 13.2.19. Repor o posto de serviço de forma tempestiva, conforme explicitado nas obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo da jornada de trabalho para a CONTRATANTE, por profissional qualificado para prestar o serviço, obedecendo o descanso entre duas jornadas de trabalho e com a devida frequência de ponto registrada tendo a CONTRATANTE como tomadora dos serviços. Caso a empresa contrate funcionário além da quantidade mínima estipulada para atuar como cobertura, ferista ou situação adversa na equipe de trabalho, com o intuito de dar suporte ao atendimento do objeto do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar, à Fiscalização Administrativa, contrato de prestação de serviço nos casos de diaristas e horistas. Se a opção for por funcionário para compor o quadro permanente, toda a documentação deverá ser apresentada conforme solicitação do Fiscal Administrativo do contrato.
- 13.2.20. Registrar e controlar, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do posto em que estiver prestando seus serviços;
- 13.2.21. Orientar adequadamente quanto às atribuições conforme posto de serviço, em caso de substituições. Disponibilizar também toda a documentação solicitada pela fiscalização do contrato, incluindo os certificados de capacitação/atualização e demais que se observem necessários. Postos de serviços não substituídos ou substituídos em desobediência aos ditames do Termo de Referência serão glosados em planilha de medição de serviços.
- 13.2.22. Exercer vigilância em todas as áreas internas ou externas dos prédios, com rondas de rotina em todas as dependências, vias de acesso, área de reserva, estacionamentos e pátios, 24 horas por dia.
- 13.2.23. Manter vigilância sobre as áreas externas e internas do hospital no sentido de evitar invasões e ocupações, sem prévia autorização superior, dando ciência imediatamente ao gestor e/ou equipe de fiscalização do HUAP-UFF.
- 13.2.24. Organizar o tráfego de pessoas, não permitindo a ocupação total ou parcial de *hall*, corredores ou outras áreas comuns, que deem acesso a extintores de incêndio ou hidrantes.
- 13.2.25. Proibir o acesso às demais dependências do HUAP-UFF a vendedores, promotores, agenciadores e profissionais correlatos, bem como solicitadores de qualquer espécie, salvo em casos de permissão escrita por um dos membros do Colegiado Executivo do HUAP-UFF, ou quando se tratar de representantes de firmas que transacionam com o HUAP-UFF.
- 13.2.26. Intervir prontamente sempre que se verificarem quaisquer incidentes ou desentendimentos nas áreas sob vigilância interna e externa, nas filas de espera, nos setores de atendimento ao público externo, setores onde permanecem apenas agentes públicos, durante ou fora do horário normal de expediente, já que o hospital funciona 24 horas por dia.
- 13.2.27. Em caso de detecção de incêndio, deverão ser adotadas todas as providências, inclusive acionar, imediatamente, o bombeiro plantonista e o Corpo de Bombeiros mais próximo.
- 13.2.28. Não permitir o uso de instrumentos, artefatos ou outros capazes de provocar poluição sonora e/ou visual nas dependências do HUAP-UFF, sem a prévia autorização da Administração.
- 13.2.29. A programação dos serviços será feita periodicamente pelo HUAP-UFF e deverá ser cumprida pela CONTRATADA, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e do público em geral.
- 13.2.30. Controlar o acesso de veículos ao estacionamento HUAP-UFF, conforme Protocolo estabelecido neste nosocômio, onde estão detalhados quantitativos de vagas, possibilidade de utilização e demais informações pertinentes.
14. **EXECUÇÃO INDIRETA**
- 14.1. O Decreto nº 9507/18, nos termos de seu artigo 1º, cuidou especificamente da "execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União".
- 14.2. Nos termos das normas previstas, a execução indireta de **vigilância patrimonial desarmada, com dedicação exclusiva de mão de obra qualificada e fornecimento de materiais e equipamentos, com uso de rádios comunicadores com fone, sistema de controle de atividades de vigilância, registro de ocorrências e monitoramento por CFTV** atende ao previsto no art. 4º do Decreto acima, uma vez que se evidencia que esse tipo de serviço, quando executado por profissionais com atribuições inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos e Salários da Hu Brasil, contraria os princípios administrativos da eficiência, da economicidade e da razoabilidade pelas seguintes razões:
- a) Com a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional prevista na Lei nº 9.632/98 e a impossibilidade de contratá-los via concurso público, conforme Decreto nº 9.507/2018, é possível e necessário contratar empresa que desempenhe atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- b) A Lei de terceirização contempla esses serviços que, por sua natureza, são necessários ao órgão, cuja paralisação pode ocasionar transtornos ao bom andamento das suas atividades. Os serviços solicitados se enquadram perfeitamente nessa essência, são de natureza necessária e, portanto, devem ser executados de forma contínua para não comprometer a ordem e causar sérios prejuízos à Administração.
- 14.3. Em observância ao Parecer nº 9/2019/SJAA/CONJUR/PRES-HUBRASIL(0786806), declara-se que as atividades executadas indiretamente são passíveis de terceirização. **Destaca que a terceirização não esbarra na descrição sumária de nenhuma atribuição de cargos, conforme "Descrição Sumária das Atribuições dos Cargos das Filiais", disponível no site <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/acesso-a-informacao/agentes-publicos/cargos-carreiras-e-beneficios/plano-de-cargos-e-beneficios/descricao-sumaria-das-atribuicoes-dos-cargos-das-filiais/view>.**
15. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**
- 15.1. Os critérios referentes ao modelo de gestão do contrato estão definidos no instrumento contratual.
16. **CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO**
- 16.1. Trata-se da forma de especificação dos critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 16.2. Os indicadores de performance não são vistos como meros instrumentos para penalizar a CONTRATADA, mas como forma de possibilitar a melhoria contínua dos serviços prestados.
- 16.3. Embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a CONTRATANTE poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.
- 16.4. Os resultados obtidos no Instrumento de Medição de Resultado (IMR) servirão de fator para o cálculo do valor a ser pago, mensalmente, do objeto da prestação, com base nas pontuações constantes dos relatórios.
- 16.5. Deverá ser efetuado, periodicamente, pela fiscalização técnica, o controle da execução dos serviços de forma a gerar relatórios referentes aos meses em que foram prestados os serviços.
- 16.6. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa CONTRATADA deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.
- 16.7. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico e ao Gestor do contrato avaliar, periodicamente, a execução do objeto da contratação.
- 16.8. As glosas em função do IMR poderão ter uma carência de até 90 (noventa) dias do início do contrato para que a CONTRATADA se adapte a metodologia e rotinas de prestação dos serviços, podendo haver cobrança retroativa referente a essas medições.
- 16.9. Durante a verificação da conformidade da prestação dos serviços, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR, com as regras e metodologias constantes no ANEXO VII.
- 16.10. O resultado da avaliação de qualidade e atendimento contratual sempre será acompanhado de considerações e sugestão para a melhoria contínua. O plano de ações corretivas deverá ser realizado pela CONTRATADA, em consonância com as considerações realizadas pela CONTRATANTE.

- 16.11. A análise dos resultados destas avaliações pela CONTRATANTE poderá resultar em penalidades, conforme previsão do Termo de Referência no item 36 (DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS).
- 16.12. Nos termos do item 1, do ANEXO VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:
- 16.12.1. não produziu os resultados acordados;
- 16.12.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 16.12.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 16.13. A fórmula de cálculo detalhada no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ANEXO VII deste Termo de Referência será utilizada para aferição do pagamento mensal.
- 16.14. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 203 do RCC 3.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.
17. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**
- 17.1. Cabe à CONTRATANTE disponibilizar espaços físicos já existentes para a execução do contrato, visando alocar a mão de obra contratada para a execução do objeto.
- 17.2. A CONTRATANTE disponibilizará para a CONTRATADA uma sala para alocar os pertences dos colaboradores. Esta sala possuirá iluminação e pontos elétricos. Os demais itens, como material de escritório, armário de aço para uso dos vigilantes e 01 quadro de avisos deverão ser providenciados pela empresa CONTRATADA.
- 17.3. Cabe à CONTRATADA fornecer todos os materiais e equipamentos necessários à realização do objeto deste Termo de Referência, sempre que necessário: canetas esferográficas, tinta azul ou preta; bloco de anotações; livro de ocorrências de capa dura, fitas zebreada de sinalização, segurança e isolamento, bem como outros itens que possam ser necessário ao longo da execução contratual.
- 17.4. Todas as planilhas ou listas a serem utilizadas pela vigilância, deverão ser providenciadas pela CONTRATADA, após decisão conjunta com a CONTRATANTE.
- 17.5. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar, bem como prever os custos de todos os materiais, equipamentos, sistema, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas, promovendo sua substituição de itens com defeito em até 24 horas, sempre quando necessário. Poderá adotar sistemática de aquisição equipamentos sobressalentes, sob responsabilidade de custos da própria CONTRATADA.
18. **UNIFORMES/EQUIPAMENTOS A SEREM DISPONIBILIZADOS**
- 18.1. A empresa deverá fornecer uniformes e equipamentos aos funcionários, com especificação da logomarca da empresa contratada em local visível, de acordo com a categoria funcional e em conformidade com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, seguindo o descrito abaixo:
- I - Calça para todos;
- II - Camisa de mangas curtas para os vigilantes;
- III - Cinto de Nylon para os vigilantes;
- IV - Botas (tipo coturno) para todos;
- V - Meias para todos;
- VI - Jaqueta de frio para todos;
- VII - Capa de chuva para todos;
- VIII - Guarda-chuva para vigilantes em postos externos chefes de turma;
- IX - Crachá para todos;
- X - Livro de Ocorrências para supervisor e chefes de turma;
- XI - Apito para todos;
- XII - Cordão de Apito para todos;
- XIII - Lanterna Led recarregável para os chefes de turma e vigilantes noturnos;
- XIV - Rádios de comunicação, devidamente autorizados a operar pelos Órgãos competentes para todos os postos;
- XV - Porta rádio de cintura para todos os postos.
- 18.2. A CONTRATADA deverá especificar a logomarca do uniforme da empresa contratada, de acordo com o art. 5º, IN 05/2017.
- 18.3. A CONTRATADA não poderá repassar a seus empregados os custos de quaisquer dos itens de uniforme e equipamentos.
- 18.3.1. A CONTRATADA deverá fornecer no primeiro dia de trabalho, uniformes completos e dentro dos padrões de eficiência e higiene.
- 18.4. A substituição dos uniformes deverá ocorrer anualmente, contados a partir da assinatura do contrato, ou, anteriormente, sempre que não atenderem às condições mínimas de apresentação, devendo, necessariamente, ser entregue ao fiscal administrativo comprovante de entrega dos uniformes, mediante recibo nominal dos funcionários, devidamente assinado por estes.
- 18.5. Com relação ao item rádio comunicador/transceptor:
- 18.5.1. Apresentar previamente à iniciação do serviço, autorização de funcionamento das Estações Móveis, Fixas e Portáteis de Sistema de Rádio Comunicação, emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, conforme PORTARIA Nº 30.491/2013 - GAB/CGCSP/DPF, ou Contrato com prestadora de serviço que possua a referida autorização;
- 18.5.2. A CONTRATADA deverá fornecer equipamento de comunicação (**rádios transceptores**) na quantidade por posto de serviço de acordo com a estimativa de postos constantes neste instrumento, com frequência própria, com autorização da ANATEL, para implantar o sistema de radiocomunicação no local de atuação;
- 18.5.3. Os rádios transceptores devem possuir no mínimo as seguintes especificações: Faixa De Frequência VHF [136-174 MHz] - UHF [403-470 MHz / 450-527 MHz], 4-5w de potência de saída, Capacidade de no mínimo 16 canais de comunicação, Vida útil da bateria (Média) de 18 (dezoito) horas, Carregador rápido de bateria, Banda de Frequência VHF, Alcance mínimo de 8.000 (oito mil) metros.
- 18.5.4. Para que não haja interferências na comunicação dos rádios transceptores devido a estrutura física da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá dispor e instalar mecanismos como por exemplo: repetidores de sinal de rádio comunicador, em pontos estratégicos do hospital HUAP a fim de obter maior qualidade em comunicação e a plena execução do objeto do contrato. A análise dessa implantação será baseada na vistoria técnica prévia, quando realizada, às instalações da CONTRATANTE;
- 18.5.5. As especificações técnicas estabelecidas acima para os rádios transceptores decorrem exclusivamente de requisitos operacionais objetivos do serviço de vigilância em ambiente hospitalar de grande médio porte. A faixa de frequência VHF/UHF e a potência de 4 a 5W são parâmetros funcionais que asseguram o alcance mínimo de 8.000 metros, compatível com as dimensões físicas e a dispersão dos postos no HUAP. A capacidade mínima de 16 canais permite a segregação operacional entre equipes, turnos e setores críticos, evitando interferências mútuas. A autonomia de 18 horas é indispensável para cobrir turnos ininterruptos de trabalho sem interrupção da comunicação, e o carregador rápido viabiliza a substituição de baterias sem descontinuidade do serviço. Todos os critérios elencados são de natureza técnica, funcional e mensurável, passíveis de atendimento por múltiplos fabricantes e modelos amplamente disponíveis no mercado nacional, não configurando restrição indevida à competitividade nem direcionamento a marca ou modelo específico, em conformidade com o Acórdão TCU n.º 1.682/2013.
- 18.6. A título de consideração, não serão aceitos pelo HUAP a comunicação/utilização de aparelhos celular durante a execução do serviço, como instrumento formal.
19. **QUADRO DE POSTOS**
- 19.1. O detalhamento dos postos é aquele apresentado na Tabela so subitem [1.4](#);
- 19.2. Os locais dos postos dispostos na tabela acima pode ser flexibilizada, conforme a necessidade do HUAP.
- 19.3. Para os postos da Maternidade, considerando experiências anteriores, prioriza-se a alocação de vigilantes do sexo feminino para promover o melhor bem-estar das puérperas.
- 19.4. **ATRIBUIÇÕES GERAIS DOS POSTOS DE SERVIÇO**
- a) Controlar e fiscalizar de entrada e saída de visitantes, materiais, equipamentos, veículos em trânsito interno no HUAP/UFF.
- b) Observar a movimentação nas imediações do Posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida do Contratante, bem como as que se fizerem oportunas;
- c) Fiscalizar a entrada e saída de veículos oficiais e particulares, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de funcionários autorizados a estacionarem seus carros particulares nas áreas internas, mantendo sempre os portões fechados;
- d) Controlar e fiscalizar a entrada e saída de funcionários, pacientes, acompanhantes, alunos e visitantes, efetuando os registros padronizados;
- e) Controlar e fiscalizar a entrada e saída de materiais e equipamentos através de notas fiscais ou de controles próprios do Contratante;
- f) Não permitir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados às instalações, sem que estas estejam devida e previamente autorizadas pelo Contratante;
- g) Não permitir a aglomeração de pessoas junto ao Posto, comunicando o fato ao responsável da empresa contratada, no caso de desobediência, acionar a Unidade de Apoio Operacional;
- h) Orientar visitantes e funcionários em trânsito pelas instalações, anotando eventuais irregularidades;
- i) Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos ao local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;
- j) Executar a ronda conforme a orientação recebida do Contratante, verificando todas as dependências, adotando os cuidados e providências necessárias para o perfeito desempenho das funções e manutenção da normalidade nas instalações;
- k) Assumir diariamente o Posto devidamente uniformizado e mantendo sempre a apresentação pessoal adequada para o serviço;
- l) Verificar, ao término do expediente, se as portas, janelas e arquivos estão fechados e se os aparelhos eletrônicos e computadores estão desligados. E se o vigia perceber falhas que possam comprometer a segurança do patrimônio público deverá tomar as providências cabíveis para saná-las;
- m) Comunicar imediatamente à Administração do Contratante, bem como ao responsável pelo Posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;
- n) Manter afixado no Posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela Administração do Contratante e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;
- o) Realizar passagem de plantão com todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anormalidade observada nas instalações e suas imediações;

- p) Colaborar com as forças de segurança pública nas ocorrências dentro das instalações do Contratante, facilitando atuação, inclusive na indicação de testemunhas em uma eventual ocorrência;
- q) Manter os vigias no Posto, não devendo se afastarem de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizados.
- r) Operacionalizar sistema de CFTV disponibilizado pela Contratante.
- s) Orientar filas da pacientes na Portaria, no hall dos elevadores e no setor de ambulatórios
- t) Recolher cadeiras de rodas deixadas no pátio
- u) Monitorar cadeiras de rodas utilizadas por pacientes para não ocorrer a subtração do bem
- v) Orientar pacientes, visitantes e acompanhantes quanto aos questionamentos apresentados

19.5. As atribuições específicas de cada posto estão elencadas no Anexo VI - Atribuições dos Cargos (SEI nº 61689038)

## 20. O TRABALHADOR INTERMITENTE

20.1. As exigências apresentadas neste Termo de Referência limitam-se, excepcionalmente, à reposição de profissional ausente - por afastamentos e ausências legais - e aos critérios estabelecidos na regulamentação do trabalho intermitente, ou seja, conforme estipulado nos artigos 443, *caput* e § 3º, e 452-A da CLT e art. 29 a 39 da Portaria MTP n.º 671/2021;

20.1.1. De acordo com o artigo 443, § 3º da CLT, considera-se como intermitente o contrato de trabalho no qual a prestação de serviços, com subordinação, não é contínua, ocorrendo com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, determinados em horas, dias ou meses, independentemente do tipo de atividade do empregado e do empregador, exceto para os aeronautas, regidos por legislação própria;

20.1.2. De acordo com o artigo 452-A, o contrato de trabalho intermitente deve ser celebrado por escrito e deve conter especificamente o valor da hora de trabalho, que não pode ser inferior ao valor horário do salário mínimo ou àquele devido aos demais empregados do estabelecimento que exerçam a mesma função em contrato intermitente ou não.

20.1.3. De acordo com o artigo 452-A, §1º ao 4º, a convocação deverá ser, na forma *in verbis*:

*§1º O empregador convocará, por qualquer meio de comunicação eficaz, para a prestação de serviços, informando qual será a jornada, com, pelo menos, três dias corridos de antecedência.*

*§2º Recebida a convocação, o empregado terá o prazo de um dia útil para responder ao chamado, presumindo-se, no silêncio, a recusa.*

*§3º A recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.*

*§4º Aceita a oferta para o comparecimento ao trabalho, a parte que descumprir, sem justo motivo, pagará à outra parte, no prazo de trinta dias, multa de 50% (cinquenta por cento) da remuneração que seria devida, permitida a compensação em igual prazo."*

20.2. Ressalta-se que o quadro de trabalhadores intermitentes não faz parte do quadro de mão de obra com dedicação exclusiva conforme preconizado no Item 1 deste Termo de Referência.

## 21. DA SUBCONTRATAÇÃO

21.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

21.1.1. Tal circunstância se fundamenta no fato de que há necessidade de continuidade do serviço com demanda essencial para a CONTRATANTE. Ademais a subcontratação dilui a responsabilidade da CONTRATADA na execução do objeto, causam prejuízos à uniformidade na prestação dos serviços e tem por referência o princípio da isonomia dos participantes do certame, visto que a transferência da execução contratual para terceiros desvirtua a lógica licitatória, reflete em prejuízo da igualdade de condições entre os participantes, desequilibra a competitividade da licitação e viola paridade de condições entre os licitantes. Por conseguinte, segundo Acórdão do TCU 6189/2019, a vedação quanto à subcontratação integral em contratos administrativos, encontra respaldo quando a subcontratação parcial quando não se mostrar viável, sob a ótica técnico-econômica, a execução integral do objeto por parte da contratada e desde que tenha havido autorização formal do contratante. Em vista disso, a subcontratação do objeto licitatório não se mostra adequada nem necessária para a execução deste escopo contratual.

## 22. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

22.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que:

- 22.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- 22.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato;
- 22.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado;
- 22.1.4. e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## 23. CONSÓRCIO

23.1. Não será aceito o consórcio, considerando que o mesmo somente se justifica quando não há empresas isoladas capazes de atender às exigências deste Termo de Referência. Isso ocorre porque as coligações despersonalizadas são viáveis quando cada consorciado, por razões técnicas ou econômicas, não possui capacidade individual de fornecer o objeto contratado.

23.2. A decisão de vedar a participação de consórcios resulta de uma avaliação do mercado em relação ao objeto a ser contratado. Neste caso, a equipe de planejamento identificou que existem diversas empresas singulares capazes de atender às exigências do Termo de Referência.

23.3. Portanto, permitir a participação de empresas consorciadas reduziria a competitividade e impossibilitaria a contratação da proposta mais vantajosa possível para a Administração Pública.

## 24. EXIGÊNCIAS DE SUSTENTABILIDADE

24.1. A CONTRATADA deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços:

- 24.1.1. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;
- 24.1.2. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- 24.1.3. Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- 24.1.4. Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE n.º 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- 24.1.5. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- 24.1.6. Não são permitidas à CONTRATADA formas inadequadas de destinação final de pilhas e baterias usadas originárias de contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2018, tais como:
  - 24.1.6.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;
  - 24.1.6.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;
  - 24.1.6.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

24.1.7. A CONTRATADA deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2018, e legislação correlata;

24.1.8. Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2018, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012;

24.1.9. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos -, a CONTRATADA deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente;

24.1.9.1. para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado;

24.2. A CONTRATADA também deverá instituir as boas práticas sustentáveis de acordo com o item 1.5 do Caderno de Logística - Prestação de Serviços de Vigilância Patrimonial:

- 24.2.1. Deverá ser firmado entre o órgão/entidade e a empresa contratada o acordo de nível de Serviço (anS), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea;
- 24.2.2. A contratada deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados;
- 24.2.3. É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência;
- 24.2.4. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de vigilantes no quadro da empresa;
- 24.2.5. É responsabilidade da contratada a comprovação da formação técnica específica dos vigilantes, comprovadamente;
- 24.2.6. É dever da contratada a promoção de curso de educação, formação, aconselhamento, prevenção e controle de risco aos trabalhadores, bem como sobre práticas socioambientais para economia de energia, de água e redução de geração de resíduos sólidos no ambiente onde se prestará o serviço;
- 24.2.7. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;
- 24.2.8. a contratada deve conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços;
- 24.2.9. a contratada deverá disponibilizar os equipamentos de Proteção individual (ePis) aos vigilantes para a execução das atividades de modo confortável, seguro e de acordo com as condições climáticas, favorecendo a qualidade de vida no ambiente de trabalho;
- 24.2.10. a contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas internas e de Segurança e medicina do Trabalho, tais como prevenção de incêndio nas áreas da prestação de serviço, zelando pela segurança e pela saúde dos usuários e da circunvizinhança;
- 24.2.11. Só será admitida a utilização de equipamentos e materiais de comunicação (como rádios, lanternas e lâmpadas) de menor impacto ambiental;
- 24.2.12. A contratada deverá observar a Resolução conama nº 401/2008, para a aquisição de pilhas e baterias para serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio;
- 24.2.13. A contratada deverá utilizar pilhas recarregáveis para uso em lanternas em rondas realizadas no período noturno, evitando o uso de pilhas ou baterias que contenham substâncias perigosas em sua composição;
- 24.2.14. A gestão de segurança patrimonial da contratada deverá utilizar monitores LCD ou LED que reduzam o consumo de energia face aos convencionais, quando da vigilância eletrônica;
- 24.2.15. A contratada deverá utilizar planilhas eletrônicas para registro de entrada e saída de pessoas e materiais no ambiente de prestação de serviços para controlar acessos e realizar análises gerenciais, evitando o uso de papel;
- 24.2.16. A contratada deverá eliminar o uso de copos descartáveis na prestação de serviços nas dependências do órgão ou entidade;
- 24.2.17. É obrigação da contratada destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e equipamentos que foram utilizados na prestação de serviços;

- 24.2.18. A fiscalização da execução dos serviços abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou contrato, sob pena de glosa da respectiva fatura quando do não cumprimento;
- 24.2.19. O fornecimento de produtos e serviços deve ser acompanhado de acordos de níveis de Serviços (ANS) que assegurem a qualidade, a disponibilidade, o tempo de atendimento e a correção de defeitos dentro de parâmetros compatíveis com as atividades de sustentabilidade previstas com as seguintes condições:
- 24.2.19.1. Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;
- 24.2.19.2. Suspender ou interromper o serviço por dia, salvo por motivo de força maior;
- 24.2.19.3. Permitir a presença de vigilante sem uniforme, em condições inapropriadas de apresentação ou sem crachá de identificação, por empregado e por ocorrência;
- 24.2.19.4. Não zelar pelas instalações do órgão, por posto e por dia;
- 24.2.19.5. Deixar de fornecer os EPIS, quando exigido em lei ou convenção, aos seus empregados e de impor penalidades aos que se negarem a usá-los, por empregado e por ocorrência;
- 24.2.19.6. Não efetuar o pagamento de salários, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como quaisquer despesas relacionadas à execução do contrato, por dia e por ocorrência;
- 24.2.19.7. Deixar de estabelecer cotas para mulheres e portadores de necessidades especiais, conforme definido no Termo de Referência;
- 24.2.19.8. Deixar de observar as especificações de materiais de consumo e bens na prestação dos serviços;
- 24.2.19.9. Não adquirir materiais e bens de menor impacto ambiental quando comparados a outros similares;
- 24.2.19.10. Deixar de destinar de forma ambientalmente adequada os resíduos e materiais adquiridos e utilizados na prestação de serviço, por ocorrência;
- 24.2.19.11. Deixar de observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias, por ocorrência.
- 24.2.20. São proibidas à CONTRATADA as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:
- 24.2.20.1. Lançamentos em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;
- 24.2.20.2. Lançamento *in natura* a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;
- 24.2.20.3. Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;
- 24.2.20.4. Outras formas vedadas pelo poder público.
25. **DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**
- 25.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo do objeto contratual, nos termos abaixo:
- 25.2. No prazo de até 5 (cinco) dias do adimplimento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;
- 25.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, setorial, administrativo ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:
- 25.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários;
- 25.3.1.1. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 25.3.1.2. Quanto as apurações do fiscal administrativo do contrato, ao final de cada período de faturamento, este avaliará as evidências de comprovações trabalhistas, previdenciárias, benefícios, admissões, substituições, apontando conformidades e/ou inconsistências apuradas, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;
- 25.3.1.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;
- 25.3.1.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;
- 25.3.2. Recebida a documentação apresentada pela CONTRATADA, o Fiscal Técnico do Contrato e o Gestor do Contrato deverão, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, elaborar os respectivos Relatórios Circunstanciados, no âmbito de suas competências, os quais servirão de fundamento para o recebimento provisório dos serviços.
- 25.3.3. O recebimento provisório considerará-se-á efetivado com a emissão do último relatório devido ou, na hipótese de inobservância do prazo estabelecido, automaticamente no primeiro dia subsequente ao seu esgotamento.
- 25.3.4. Após o recebimento provisório, o Gestor do Contrato deverá promover o recebimento definitivo dos serviços, em até 10 (dez) dias, mediante ateste da regular execução contratual, obedecendo as seguintes diretrizes:
- 25.3.5. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 25.3.6. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 25.3.7. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.
- 25.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.
- 25.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 25.6. A entrega intempestiva ou a não apresentação, total ou parcial, da documentação exigida para fins de fiscalização técnica e administrativa da execução contratual, inclusive aquela prevista nos Anexos VIII-A e VIII-B da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, impedirá a validação da competência correspondente e suspenderá os prazos administrativos relacionados à conferência, ao recebimento dos serviços e à autorização para faturamento, os quais somente terão início ou prosseguimento após a completa regularização das pendências pela CONTRATADA, sem que disso decorra qualquer ônus ou responsabilidade para a CONTRATANTE.
26. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 26.1. A dotação orçamentária será informada no decorrer do processo, em folha a ser anexada ao mesmo.
27. **DO PAGAMENTO**
- 27.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 27.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser emitida até o 8º dia útil do mês subsequente à prestação dos serviços, obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF, ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais.
- 27.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 27.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 27.4.1. o prazo de validade;
- 27.4.2. a data da emissão;
- 27.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 27.4.4. o período de prestação dos serviços;
- 27.4.5. o valor a pagar; e
- 27.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 27.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 27.6. Nos termos do item 1, do ANEXO VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 27.6.1. não produziu os resultados acordados;
- 27.6.2. deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- 27.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 27.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 27.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade tais como o Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa; Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e Certidão Negativa de Inidôneos – TCU para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação, pela fiscalização administrativa.
- 27.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.
- 27.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 27.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 27.12. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.
- 27.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 27.14. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 27.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, conforme previsão do artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, e nos termos do item 6 do ANEXO XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.
- 27.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.
- 27.17. A parcela mensal a ser paga a título de aviso prévio trabalhado e indenizado corresponderá, no primeiro ano de contratação, ao percentual originalmente fixado na planilha de preços.
- 27.18. Não tendo havido a incidência de custos com aviso prévio trabalhado e indenizado, a prorrogação contratual seguinte deverá prever o pagamento do percentual máximo equivalente a 03 (três) dias a mais por ano de serviço, até o limite compatível com o prazo total de vigência contratual.
- 27.19. A adequação de pagamento de que trata o subitem anterior deverá ser prevista em termo aditivo.
- 27.20. Caso tenha ocorrido a incidência parcial ou total dos custos com aviso prévio trabalhado e/ou indenizado no primeiro ano de contratação, tais rubricas deverão ser mantidas na planilha de forma complementar/proporcional, devendo o órgão contratante esclarecer a metodologia de cálculo adotada.
- 27.21. A CONTRATANTE providenciará o desconto na fatura a ser paga do valor global pago a título de vale-transporte em relação aos empregados da CONTRATADA que expressamente optaram por não receber o benefício previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, regulamentado pelo Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021.



- 27.22. No caso de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços do Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de correção monetária.
28. **DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA**
- 28.1. Para atendimento ao disposto no art. 18 da IN SEGES/MP N. 05/2017, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada são as estabelecidas neste Termo de Referência.
- 28.1.1. a conta-depósito vinculada é realizada a partir de Termo de Cooperação Técnica idealizado entre a Empresa Pública e a Instituição Financeira, com o objetivo de consecução do mandamento constante no ANEXO XII da IN 05/2017.
- 28.1.2. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.
- 28.2. A futura CONTRATADA deve autorizar a Administração CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.
- 28.2.1. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.
- 28.3. A CONTRATADA autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pela contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, conforme disposto no ANEXO XII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, os quais somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do ANEXO VII-B da referida norma.
- 28.4. A CONTRATANTE provisionará os valores para o pagamento das férias, 13º (décimo terceiro) salário e verbas rescisórias aos trabalhadores da Contratada, que serão depositados em Conta-Depósito Vinculada, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação e utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- 28.5. Os valores provisionados somente serão liberados nas seguintes condições:
- 28.5.1. parcial e anualmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário dos empregados vinculados ao contrato, quando devido;
- 28.5.2. parcialmente, pelo valor correspondente às férias e a 1/3 (um terço) de férias previsto na Constituição, quando do gozo de férias pelos empregados vinculados ao contrato;
- 28.5.3. parcialmente, pelo valor correspondente ao 13º (décimo terceiro) salário proporcional, às férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da dispensa de empregado vinculado ao contrato; e
- 28.5.4. ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias.
- 28.6. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica citado no item 29.1.1.
- 28.7. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do ANEXO XII da IN SEGES/MP nº 05/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da licitação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:
- 28.7.1. 13º (décimo terceiro) salário;
- 28.7.2. Férias e um terço constitucional de férias;
- 28.7.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e
- 28.7.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.
- 28.7.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no ANEXO XII da IN SEGES/MP nº 05/2017.
- 28.8. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital que sejam retidos por meio da conta-depósito, deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.
- 28.9. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela HU Brasil que será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 28.10. Em caso de cobrança de tarifa ou encargos bancários para operacionalização da conta-depósito, os recursos atinentes a essas despesas serão debitados dos valores depositados.
- 28.11. A empresa CONTRATADA poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.
- 28.11.1. na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa;
- 28.11.2. a autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos;
- 28.11.3. a empresa deverá apresentar ao órgão ou entidade contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas;
- 28.11.4. somente após a confirmação da ocorrência da situação pela HU Brasil, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.
- 28.12. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do ANEXO XII da IN nº 05/2017.
29. **GARANTIA DA EXECUÇÃO**
- 29.1. Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 185 do RCC 3.0, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo a CONTRATADA optar pela caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual da contratação.
- 29.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, com prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da homologação do certame, e, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- 29.2.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que a CONTRATADA não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- 29.2.2. Caso a adjudicatária não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- 29.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- 29.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- 29.5. Caso a adjudicatária não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou fiança bancária.
- 29.6. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pela CONTRATADA, deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 29.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 29.8. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- 29.8.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 29.8.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela HU Brasil à CONTRATADA; e
- 29.8.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA.
- 29.9. A apólice do seguro-garantia ou a fiança bancária deverá ter cobertura para o pagamento direto ao empregado das verbas devidas em razão da inadimplência da CONTRATADA.
- 29.9.1. O pagamento direto não pode estar condicionado ao trânsito em julgado de decisão judicial, sendo suficiente decisão definitiva em processo administrativo, que apure o montante devido.
- 29.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 29.11. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da HU Brasil, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela HU Brasil.
- 29.12. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contados da data em que for notificada.
- 29.13. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 29.13.1. O emitente da garantia ofertada pela CONTRATADA deverá ser notificado pela CONTRATANTE quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 29.13.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n.º 662/ 2022.
- 29.14. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 29.14.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.
- 29.14.2. A HU Brasil deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.
- 29.15. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da HU Brasil e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 29.15.1. Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;
- 29.15.2. Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;
- 29.15.3. Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a CONTRATANTE poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.
- 29.16. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

- 29.17.

O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.
- 29.18.

A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.
30.

**REONERAÇÃO GRADUAL DA FOLHA DE PAGAMENTO**
- 30.1.


A pedido da CONTRATADA, o preço do contrato poderá ser revisto nos termos dos arts. 196, § 1º, e 206, inciso I, do RCC 3.0, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto nos arts. 9º-A e 9º-B da Lei n.º 12.546/2011, com a redação dada pela Lei n.º 14.973/ 2024.
- 30.1.1.

O pedido de revisão em virtude dos efeitos da Lei n.º 14.973/2024 deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão;
- 30.1.2.


A revisão prevista no item acima, caso requerida pela CONTRATADA, deverá ser instruída com a comprovação da variação dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.
31.

**ANEXOS**
- Anexo I Modelo de Proposta (Editável) (SEI nº 62018193)
- Anexo II Modelo de Planilha de Composição (SEI nº 62078776)
- Anexo III Memória de Cálculo da Plan. de Custo (SEI nº 62018211)
- Anexo IV Modelo de Declaração ou Dispensa de Vistoria (SEI nº 62018214)
- Anexo V - Plano de Contigência (SEI nº 62018567)
- Anexo VI - Requisitos Min. e Atrib. dos Cargos (SEI nº 62018801)
- Anexo VII - Instrumento de Medição de Resultado (SEI nº 62019610)


<b>Halisson Vilar da Silva</b>	<b>Christiano Andrade de Oliveira</b>	<b>Silvio Beserra Alves</b>	<b>Wânia Lúcia Araujo Monteiro</b>
Analista Administrativo	Assistente Administrativo	Assistente Administrativo	Assistente Administrativo
SIAPE 13***24	SIAPE 22***63	SIAPE 33***23	SIAPE 30***24




Documento assinado eletronicamente por **Halisson Vilar Da Silva, Chefe de Unidade**, em 19/06/2026, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).




Documento assinado eletronicamente por **Silvio Beserra Alves, Assistente Administrativo**, em 19/06/2026, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wania Lucia Araujo Monteiro, Assistente Administrativo**, em 19/06/2026, às 12:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Christiano Andrade de Oliveira, Assistente Administrativo**, em 19/06/2026, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **62078784** e o código CRC **F4CE3270**.